ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Título do capítulo	CAPÍTULO 14 **COMO FUNCIONAM AS SECRETARIAS ESTADUAIS: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ROTATIVIDADE DOS SECRETÁRIOS**
Autor(es)	Iana Lima George Avelino Vitória Lopes Lara Mesquita
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350509cap14

Título do livro	**E os Estados? Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo**
Organizadores(as)	Pedro Palotti Elaine Cristina Licio Sandra Gomes Catarina Ianni Segatto André Luis Nogueira da Silva
Volume	1
Série	-
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2023
Edição	1a
ISBN	9786556350509
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350509

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CAPÍTULO 14

COMO FUNCIONAM AS SECRETARIAS ESTADUAIS: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ROTATIVIDADE DOS SECRETÁRIOS

Iana Lima[1]
George Avelino[2]
Vitória Lopes[3]
Lara Mesquita[4]

1 INTRODUÇÃO

O estudo de burocracias de alto escalão no Brasil tem se concentrado, majoritariamente, na análise do nível federal, pelas lentes seja da sociologia política (Codato e Franz, 2018; Inácio, 2013), seja dos estudos de gestão de coalizões (Amorim Neto, 2006; Borges e Coelho, 2015; Lopez e Praça, 2015; Pereira *et al.*, 2015; Batista e Lopez, 2021). Embora muito se tenha avançado no estudo da Esplanada dos Ministérios, pouco se sabe sobre a organização das burocracias de alto escalão em nível subnacional. Há poucos estudos empíricos que abordam os arranjos do Executivo em nível estadual e a forma como pode ou não espelhar as dinâmicas federais. Além disso, ainda é uma lacuna a investigação de como as diferenças partidárias podem refletir em diferenças na gestão do Executivo estadual.

Este capítulo apresenta dados inéditos em um estudo comparado sobre a organização das secretarias estaduais, em perspectiva longitudinal (de 1995 a 2018), entre oito estados das várias regiões do país, além do Distrito Federal: Acre, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. As secretarias foram classificadas em temas, conforme a tipologia de Batista e Lopez (2021), a ser especificada adiante. O objetivo é apresentar análises descritivas sobre: i) o número de secretarias; ii) a distribuição dos temas das pastas; iii) a variação ao longo dos anos; iv) eventuais diferenças decorridas da gestão de diferentes partidos; e v) a frequência de substituição de secretários nos estados a partir da taxa de volatilidade média desses cargos nas secretarias.

1. Pesquisadora do Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getulio Vargas (Cepesp/FGV).
2. Pesquisador do Cepesp/FGV.
3. Pesquisadora do Cepesp/FGV.
4. Pesquisadora do Cepesp/FGV.

Para discutir essas questões, o capítulo está organizado da seguinte forma: na próxima seção, abordamos alguns dos principais estudos sobre alta burocracia no Brasil em nível federal e subnacional. Na seção subsequente, esclarecemos os procedimentos de coleta e análise dos dados, seguidos pela apresentação da análise das estruturas organizacionais das secretarias. O texto avança para a análise da distribuição dos secretários e conclui com as considerações finais e indicações de agenda futura.

2 ESTUDOS SOBRE A ALTA BUROCRACIA NO BRASIL

A agenda de estudos de burocracia no Brasil avançou substancialmente na última década, especialmente em relação ao que ocorre no alto escalão. A disponibilidade de novos dados sobre ocupantes de cargos de livre nomeação no governo federal expandiu as possibilidades analíticas sobre a profissionalização e a lógica de admissão desses cargos (Lopez, 2015). Ademais, ampliou-se o escopo analítico para diferentes áreas da política, antes bastante concentrado no estudo das burocracias da área econômica, tradição analítica que repercutia as preocupações também de outros países da América Latina nos anos 1980 e 1990 (Gouvêa, 1994; Schneider, 1994; Evans, 1995; Loureiro, Abrucio e Rosa, 1998; Loureiro e Abrucio, 1999).

Apesar da compreensão de que as lógicas de nomeação não se restringem a critérios partidários (Borges e Coelho, 2015; Lopez e Praça, 2015; Palotti e Cavalcante, 2019), as lentes teóricas do presidencialismo de coalizão têm sido dominantes na investigação da alta burocracia federal. A distribuição de cargos para estabilidade do gabinete (Amorim Neto, 2006), as estratégias para politização dos ministérios (Batista e Lopez, 2021), bem como as estratégias de controle do chefe do Executivo (Pereira *et al.*, 2015; 2017) têm dado a tônica aos estudos do alto escalão federal. Mais escassas, no entanto, têm sido as iniciativas para análise do contexto subnacional.

Não obstante, esforços recentes têm buscado matizar o entendimento da composição do alto Executivo, explorando essas dinâmicas também em nível subnacional. Em estudo comparado dos estados de São Paulo e Piauí, por exemplo, Sandes-Freitas e Massoneto (2017), embora priorizem o enquadramento partidário, questionam o espelhamento dos governos estaduais ante as coalizões federais – destacando a importância de analisar também a ocupação de cargos de segundo e terceiro escalão em nível subnacional.

No mesmo sentido, mas na tentativa de aprofundar o entendimento sobre o preenchimento de cargos da alta burocracia em nível subnacional, Gomes, Lacerda e Silva (2020) propõem uma tipologia de lógicas de nomeação a partir de um estudo de caso do Rio Grande do Norte, extrapolando a tradicional dicotomia entre perfil técnico e político.

Partindo do mesmo intuito de compreender a lógica dos governos subnacionais, consolidamos dados de secretários estaduais para examinar, por outro lado, a estrutura organizacional dos governos locais. Enquanto os estudos supracitados avançam na investigação do perfil dessa burocracia, pouco se sabe sobre a organização das pastas temáticas e a forma como elas podem variar, dependendo das características dos governos. Avançamos nesse empreendimento a partir dos protocolos de análise descritos na seção a seguir.

3 DADOS E MÉTODOS

A coleta dos dados deu-se no âmbito do projeto de levantamento sobre secretários estaduais do CepespData.[5] As informações sobre trajetória, nomeação e exoneração de secretários são coletadas por meio do método prosopográfico (Heinz e Codato, 2015), a partir da triangulação de múltiplas fontes – diários oficiais dos estados, portais de notícia, portais oficiais dos governos estaduais e assembleias legislativas, Plataforma Lattes, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

A partir do registro dos secretários estaduais, organizamos uma base com os nomes das secretarias existentes em cada mandato e sua data de vigência, a partir da sequência de datas de nomeações e exonerações para cada uma das pastas. Esse levantamento foi feito para os seis mandatos estaduais entre 1995 e 2018, para cada um dos estados da amostra, selecionados para contemplar diversidade entre as regiões geográficas.

Em uma segunda etapa, agregamos as secretarias de mesma matéria, mas que mudaram de nome ou foram absorvidas por outras pastas ao longo do mandato. Por exemplo, a Secretaria de Cidadania e Assistência Social do Acre passou a ser chamada, em agosto de 2007, de Secretaria de Assistência Social, e, nesse caso, contabilizamos apenas uma secretaria, não duas. Esse procedimento de agregação levou em conta o nome da secretaria, as datas de vigência de cada uma delas e o nome dos secretários nomeados, para garantir que elas não coexistiram e que se tratava da continuidade da pasta.

Mesmo após a agregação das secretarias, ainda havia grande diversidade temática, variando entre 9 e 37 secretarias por estado. Dessa forma, para analisar a distribuição temática das secretarias, aplicamos e expandimos a tipologia proposta por Batista e Lopez (2021) para ministérios. Embora não tenhamos calculado a alocação de orçamento estadual e o nível de participação das secretarias no processo de elaboração de políticas para a designação das secretarias em *clusters* – como feito por esses autores –, assumimos que a distribuição de competências do nível federal

5. Disponível em: <http://cepespdata.io>.

apresenta-se de forma análoga no nível estadual. Assim, partimos da conceituação teórica e de exemplos apresentados por eles para classificar as secretarias a partir da afinidade temática com a tipologia ministerial.

A tipologia utilizada divide as pastas em quatro grupos: coordenação, regulação, distribuição e redistribuição. As pastas de coordenação são parte das atividades *core* (essenciais) do governo, formulam suas próprias políticas e coordenam atividades de outras pastas. Fazem parte desse grupo secretarias de planejamento, orçamento, fazenda, governo e casa civil. A classificação de regulação, por sua vez, abrange pastas responsáveis pela regulação de setores econômicos, como minas e energia, meio ambiente, comunicações, agricultura, turismo, esporte, cultura, ciência e tecnologia e desenvolvimento agrário. Em distribuição estão as secretarias responsáveis por grandes projetos do governo e que são centrais na alocação discricionária de recursos. Aqui entram matérias relacionadas a transporte, desenvolvimento local, integração, defesa, infraestrutura, habitação e saneamento. Por fim, secretarias categorizadas como redistributivas são aquelas que conduzem políticas sociais como seguridade social, trabalho, saúde, educação, desenvolvimento social, justiça e as demais análogas a esses temas.

A classificação de todas as secretarias nos quatro *clusters* foi feita por duas pesquisadoras, de forma independente, para garantir a confiabilidade da categorização.[6] Para a análise das diferenças entre partidos políticos na gestão do Executivo, classificamos o partido do governador eleito para cada período em direita, esquerda e centro a partir da classificação de Zucco Junior (2011), atualizada por Fuks e Marques (2020). Para a classificação do Partido Social Democrático (PSD), não presente nas referências anteriores, utilizamos os critérios de Krause, Machado e Miguel (2017) para a eleição de 2014.

4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS SECRETARIAS

A tabela 1 apresenta o número absoluto de secretarias por mandato e por estado, já agrupando aquelas que mudaram de nome.

6. Ao serem confrontadas, de um total de 1.071 entradas para classificação, verificamos 44 inconsistências. Embora em número pequeno, essas inconsistências foram discutidas, e estabeleceram-se os seguintes critérios de categorização: para secretarias que combinavam dois temas de clusters distintos, elegeu-se um critério que privilegiou a atividade mais específica como identificação da secretaria. Em termos práticos: i) matéria regulatória sobrepõe a classificação de coordenação; ii) política social (redistribuição) sobrepõe matéria regulatória; iii) a categoria distribuição sobrepõe regulação, com exceção das pastas de meio ambiente; e iv) distribuição também sobrepõe a classificação de coordenação. Para as secretarias que combinavam três ou mais matérias, prevalecia a classificação para a qual havia mais temas na referida pasta. Por exemplo, se uma secretaria combina duas matérias regulatórias e uma distributiva, ela seria classificada como secretaria de regulação.

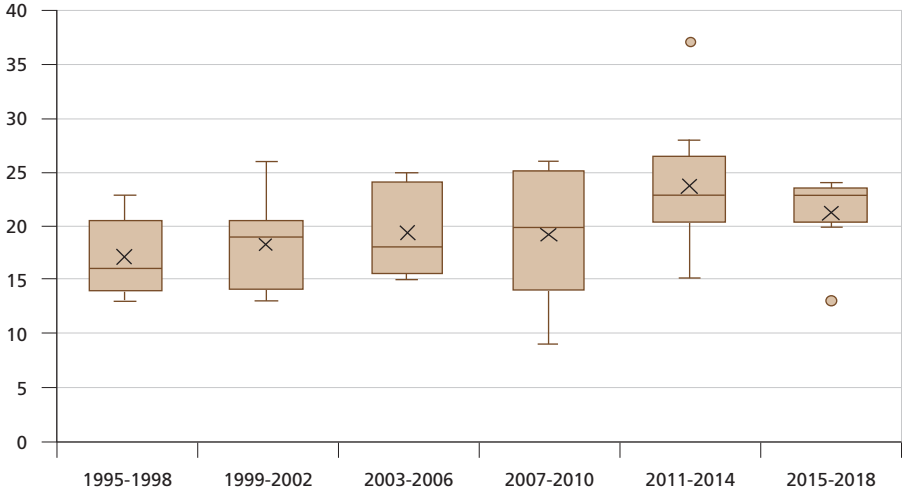
TABELA 1
Número absoluto de secretarias por período e por Unidade Federativa (UF) (1995-2018)

UF	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2018	Média
Acre	13	13	25	19	21	21	18,7
Bahia	14	14	17	21	28	24	19,7
Distrito Federal	17	19	16	9	37	24	20,3
Espírito Santo	14	20	23	25	23	23	21,3
Minas Gerais	21	21	18	20	24	23	21,2
Mato Grosso do Sul	15	14	15	11	15	13	13,8
Rio Grande do Norte	16	18	15	17	20	20	17,7
Rio Grande do Sul	20	19	21	26	21	21	21,3
São Paulo	23	26	25	25	25	23	24,5
Média	17,0	18,2	19,4	19,2	23,8	21,3	-

Fonte: CepespData.
Elaboração dos autores.

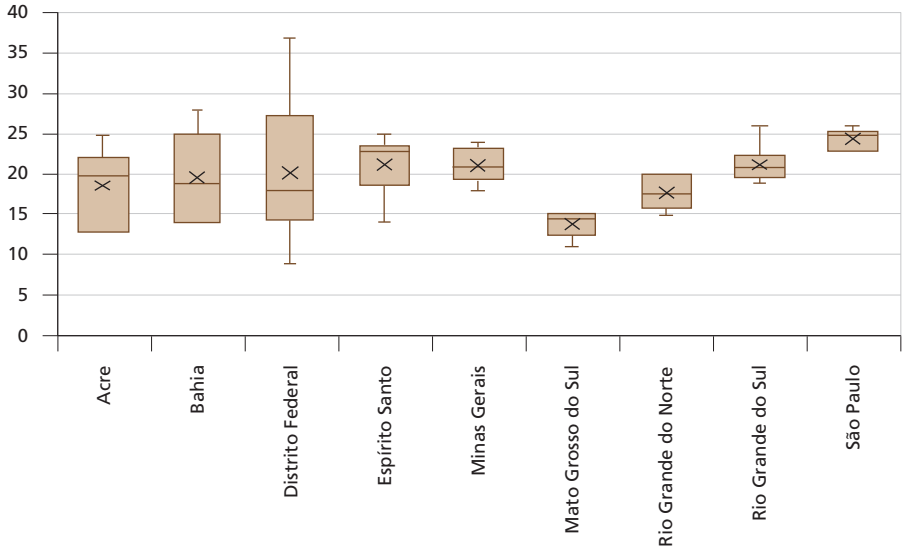
Notamos que há grande variação entre os estados e entre os períodos, mas, como tendência geral, o número de secretarias aumentou ao longo do tempo, estabilizando-se entre 20 e 24 secretarias, como fica mais claro no gráfico 1. Outro ponto importante é que o número de secretarias ao final do período não parece se relacionar ao tamanho econômico ou populacional do estado. Mais detalhadamente, do ponto de vista relativo, com exceção da Bahia, com maior crescimento, os estados mais populosos aumentaram menos suas secretarias durante o período focalizado, sendo o Mato Grosso do Sul, por sua vez, o único estado com redução de secretarias. Cabe também notar que os estados mais populosos, exceto a Bahia, já tinham um maior número de secretarias desde o início da série observada. O diagrama de caixas no gráfico 2 apresenta a distribuição do número de secretarias por estado ao longo do período.

GRÁFICO 1
Distribuição do número total de secretarias por período (1995-2018)



Fonte: CepespData.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 2
Distribuição do número total de secretarias por UF (1995-2018)



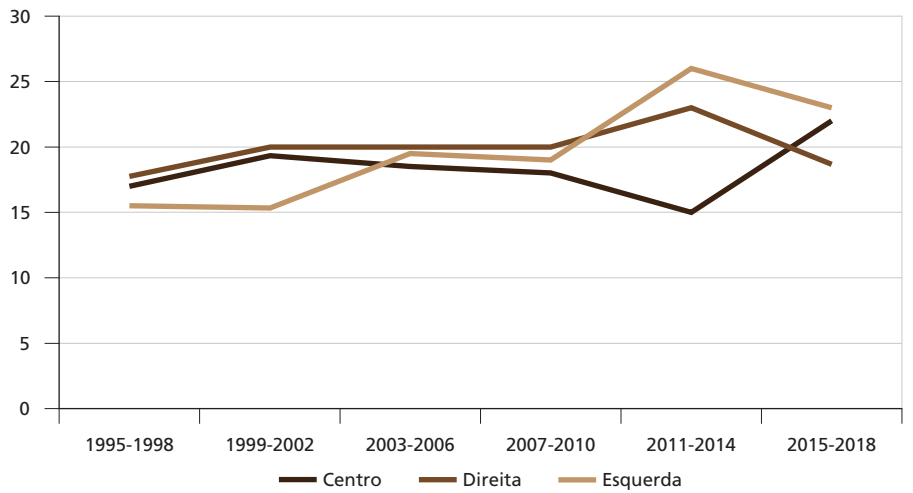
Fonte: CepespData.
Elaboração dos autores.

Do ponto de vista temporal, como visto no gráfico 1, observa-se maior variação nos dois quadriênios entre 2003 e 2010. A leitura do gráfico 2 permite destacar que Acre, Bahia e Distrito Federal – oriundos de três regiões diferentes – são os estados com maior variação no número de secretarias.

Uma observação que pode nos dar uma pista para compreender o aumento do número de secretarias, mas que carece de análise mais cuidadosa e detalhada, é que isso coincide com o aumento da fragmentação nas assembleias legislativas estaduais. Para os nove estados observados, a média do número efetivo de partidos nas assembleias legislativas, considerando os partidos dos deputados estaduais no momento da eleição, passou de 7,03 para 13,03 entre a eleição de 1998 e a de 2018.

A partir da classificação ideológica do partido do governador, buscamos identificar se havia variações no tamanho da estrutura organizacional dos governos a depender do posicionamento do partido. Notamos no gráfico 3 uma mudança em relação ao número médio de secretarias para governos de esquerda, que era inferior no período 1995-1998 e foi paulatinamente aumentando o número de pastas, até atingir a maior média no período mais recente. Entretanto, no último quadriênio, observa-se uma queda no número médio de secretarias nos estados governados por partidos de esquerda e de direita e um aumento entre os estados governados pelos partidos de centro.

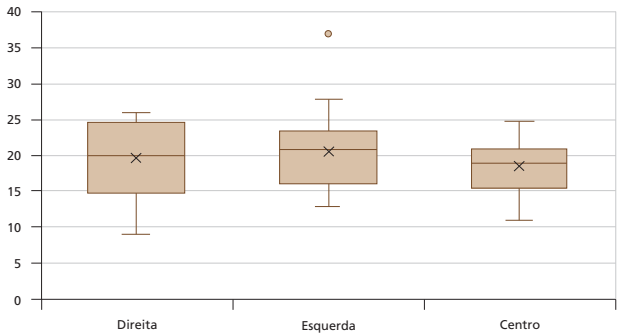
GRÁFICO 3
Número médio de secretarias pela classificação ideológica do partido do governador (1995-2018)



Fonte: CepespData.
Elaboração dos autores.

Considerando que a média pode ser sensível a casos extremos, apresentamos, no gráfico 4, a distribuição em caixas do número de secretarias por classificação ideológica. Observamos que o número de secretarias distribuídas entre partidos de direita e esquerda é muito próximo, ficando mais evidente o número ligeiramente menor da estrutura administrativa de partidos de centro. No entanto, o escasso número de observações indica cautela na leitura desses dados, pois as diferenças são pequenas.

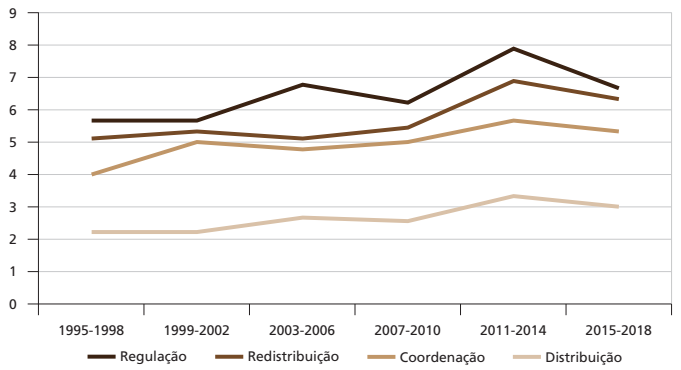
GRÁFICO 4
Distribuição do número total de secretarias por classificação ideológica do partido do governador



Fonte: CepespData.
Elaboração dos autores.

Em relação ao tipo de matéria de cada secretaria, o gráfico 5 mostra que, em média, as matérias de regulação e redistribuição aparecem em maior número. As pastas de distribuição, embora também tenham aumentado no período, tiveram menor aumento, o que as manteve como o tipo de secretaria com menor espaço nos secretariados estaduais.

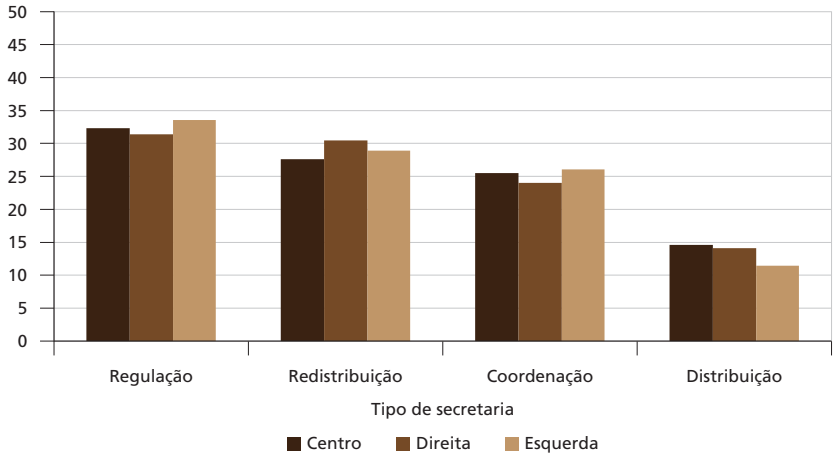
GRÁFICO 5
Número médio do tipo de secretaria por período (1995-2018)



Fonte: CepespData.
Elaboração dos autores.

Quando analisamos os tipos de secretaria entre as diferentes classificações ideológicas do partido do governador, notamos que a tendência geral permanece a mesma. Proporcionalmente, o número de secretarias de distribuição aparece em menor quantidade, enquanto as de regulação e redistribuição são as mais frequentes. Embora varie pouco entre os partidos, notamos que os de esquerda apresentam uma proporção ligeiramente menor de pastas de distribuição em comparação com os demais.

GRÁFICO 6
Proporção média de secretarias por tipo e classificação ideológica do partido do governador (1995-2018)
(Em %)



Fonte: CepespData.
Elaboração dos autores.

5 VOLATILIDADE DO SECRETARIADO

A rotatividade em cargos de alto escalão nas burocracias pode revelar muito sobre as dinâmicas de patronagem e gestão de coalizões em um país, além de ter implicações práticas para a gestão de políticas públicas. No caso brasileiro, há alguns trabalhos que se dedicam à análise de rotatividade de cargos de confiança no governo federal, explorando a relação quantitativa entre demissões e admissões em diferentes naturezas de políticas (Lopez, Bugarin e Bugarin, 2014) e os determinantes de substituições no estrato superior dos ministérios (Praça, Freitas e Hoepers, 2012).

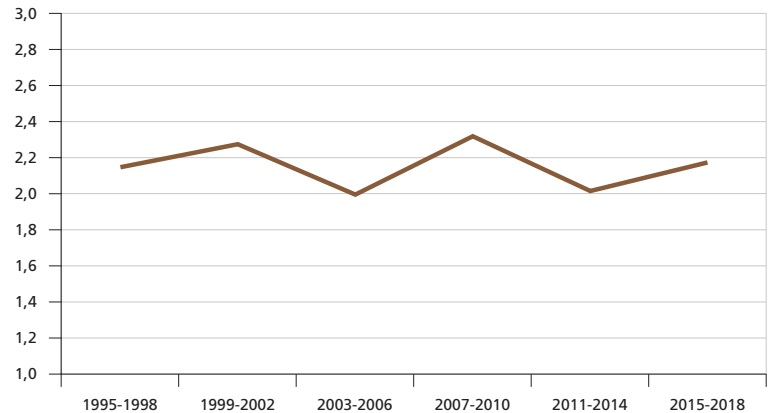
Pouco se sabe, no entanto, sobre as dinâmicas subnacionais das secretarias em relação à rotatividade de cargos de alto escalão.[7] Em um esforço inicial, para a

7. Para análises sobre formação de governo em nível subnacional, ver Sandes-Freitas e Massonetto (2017). Para desempenho da burocracia implementadora em nível municipal, ver Marenco (2017).

análise da frequência de substituição dos secretários estaduais, calculamos a taxa de volatilidade do secretariado, que divide o número total de secretários pelo número total de secretarias em cada período e estado. Essa taxa nos indica o número médio de secretários por secretaria em cada governo.

No gráfico 7 temos um panorama da rotatividade para a série histórica em análise. Vemos que, em geral, o padrão de nomeações foi de cerca de dois secretários por secretaria em cada mandato, não indicando oscilação excessiva. Tal como no caso do governo federal, essa variação pode indicar reorganização das coalizões estaduais. Essas mudanças também podem estar relacionadas às campanhas eleitorais, dada a desincompatibilização imposta por lei seis meses antes do término do mandato do governador ou para as candidaturas nas eleições municipais intermediárias.

GRÁFICO 7
Taxa de volatilidade média do secretariado por período (1995-2018)

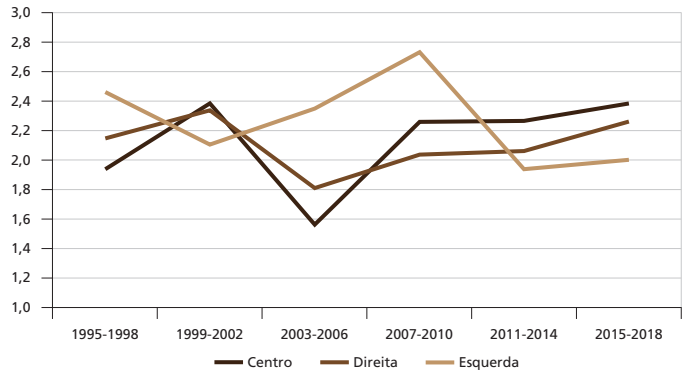


Fonte: CepespData.
Elaboração dos autores.

Quando desagregamos a taxa de volatilidade pela classificação ideológica do partido do governador, observamos uma variação um pouco maior em alguns mandatos, como apresentado no gráfico 8. Vemos que, imediatamente após as eleições de 2002, a taxa de volatilidade de partidos de centro e direita caiu, tendência contrária à dos partidos de esquerda, que atingiram o pico de 2,73 no mandato de 2007 a 2010.

Esse movimento inverteu-se a partir de 2011, quando partidos de esquerda atingiram a menor taxa na série histórica (1,94), enquanto partidos de centro e direita apresentaram crescente rotatividade de secretários. Apesar das diferenças, a amplitude da taxa de volatilidade é pequena, variando do mínimo de 1,56 (para partidos de centro, no mandato de 2003 a 2006) a 2,73 (partidos de esquerda, no mandato de 2007 a 2010).

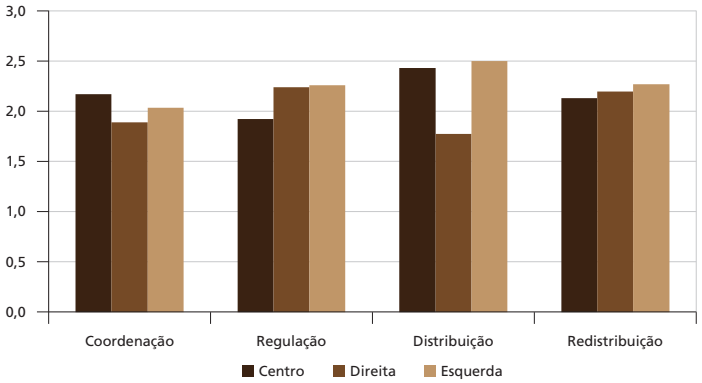
GRÁFICO 8
Taxa de volatilidade média do secretariado por período e por classificação ideológica do partido do governador (1995-2018)



Fonte: CepespData.
Elaboração dos autores.

Ao analisar a taxa de volatilidade pelo tipo de secretaria, notamos variações muito pequenas, com maiores nuances nas secretarias distributivas, conforme o gráfico 9. As secretarias de distribuição são as que apresentam maiores taxas de volatilidade para partidos de centro e esquerda – e mais baixa para partidos de direita. Para secretarias de regulação, esquerda e direita apresentam praticamente o mesmo padrão de rotatividade, ligeiramente superior ao dos partidos de centro.[8]

GRÁFICO 9
Taxa de volatilidade média por tipo de secretaria e classificação ideológica do partido do governador



Fonte: CepespData.
Elaboração dos autores.

8. Um parecerista do capítulo sugeriu analisar as diferenças entre as mudanças nas secretarias a partir do vínculo partidário dos secretários. Infelizmente, as atuais limitações dos dados mais antigos sobre filiação partidária impedem que se explorem essas diferenças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão do Executivo em nível subnacional segue sendo uma agenda pouco explorada no caso brasileiro. A centralidade do foco de análise no nível federal e a pouca disponibilidade de dados sobre burocracias estaduais e municipais dificultam a investigação das dinâmicas. Não obstante, considerando a distribuição de competências pela lógica federativa no país e a centralidade dos estados na implementação de políticas, faz-se mister a investigação da organização das burocracias em nível subnacional.

O capítulo buscou oferecer um esforço nessa direção, analisando dados inéditos sobre a organização temática das secretarias e a volatilidade do secretariado em um estudo comparado de oito estados e o Distrito Federal (Acre, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo), entre 1995 e 2018.

Entre os principais achados, destacamos que, em geral, o número de secretarias aumentou ao longo do tempo, sendo a maioria referente a matérias regulatórias. Embora as diferenças sejam pequenas, os estados governados por partidos de centro são os que apresentam, em média, estrutura administrativa mais reduzida. Da mesma forma, as secretarias de distribuição são as que aparecem em menor número nos estados, sendo, em média, menos presentes em governos de esquerda. As matérias regulatórias, por sua vez, surgem em proporção ligeiramente maior em governos de esquerda. Em relação à volatilidade do secretariado, também se observou pouca variação, com valores oscilando muito próximos de uma média de dois secretários por secretaria em cada mandato – com pico de frequência de substituições para partidos de esquerda no período 2007-2010. Com relação ao tipo de secretaria, as que apresentam maiores nuances na volatilidade são as de matérias distributivas, com menor frequência de substituições para partidos de direita.

Embora avance na apresentação de um panorama sobre a gestão organizacional das secretarias nos estados, há caminhos de análise não explorados no escopo do nosso capítulo. Trabalhos futuros podem se ocupar de compreender, por exemplo, os determinantes da volatilidade de secretários nos estados e o impacto dessas substituições para as políticas públicas. Ademais, estudos mais extensivos podem revelar maiores nuances em relação à influência das dinâmicas partidárias na organização de secretarias, considerando as racionalidades contextuais dos estados.

REFERÊNCIAS

AMORIM NETO, O. The presidential calculus: executive policy making and cabinet formation in the Americas. **Comparative Political Studies**, v. 39, n. 4, p. 415-440, 2006.

BATISTA, M.; LOPEZ, F. Ministerial typology and political appointments: where and how do presidents politicize the bureaucracy? **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 1, 2021.

BORGES, A.; COÊLHO, D. B. O preenchimento de cargos na burocracia federal no presidencialismo de coalizão brasileiro: análise comparada de dois ministérios, Ciência e Tecnologia e Integração Nacional. *In*: LOPEZ, F. (Org.). **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Brasília: Ipea, 2015. p. 71-105.

CODATO, A.; FRANZ, P. Ministros-técnicos e ministros-políticos nos governos do PSDB e do PT. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 776-796, 2018.

EVANS, P. **Embedded autonomy**: states and industrial transformation. Princeton: University Press, 1995.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, v. 26, n. 3, p. 401-430, 2020.

GOMES, S.; LACERDA, A. D. F. de; SILVA, A. L. N. da. Critérios técnicos, políticos e dinâmica regional na nomeação de secretários estaduais: um estudo de caso do Rio Grande do Norte. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, n. 76, 2020.

GOUVÊA, G. P. **Burocracia e elites burocráticas no Brasil**. São Paulo: Pauliceia, 1994.

HEINZ, F.; CODATO, A. A prosopografia explicada para cientistas políticos. *In*: PERISSINOTO, R.; CODATO, A. (Org.). **Como estudar elites**. Curitiba: UFPR, 2015. p. 249-275.

INÁCIO, M. Escogiendo ministros y formando políticos: los partidos en gabinetes multipartidistas. **America Latina Hoy**, v. 64, p. 41-66, 2013.

KRAUSE, S.; MACHADO, C.; MIGUEL, L. F. (Org.). **Coligações e disputas eleitorais na Nova República**: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso. Rio de Janeiro: KAS; São Paulo: Unesp, 2017.

LOPEZ, F. (Org.). **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Brasília: Ipea, 2015.

LOPEZ, F.; BUGARIN, M.; BUGARIN, K. Rotatividade nos cargos de confiança da administração federal brasileira (1999-2013). **Revista do Serviço Público**, v. 65, n. 4, p. 439-461, 2014.

LOPEZ, F.; PRAÇA, S. Critérios e lógicas de nomeação para o alto escalão da burocracia federal brasileira. *In*: LOPEZ, F. (Org.). **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Brasília: Ipea, 2015. p. 107-138.

LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L. Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 69-89, 1999.

LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; ROSA, C. A. Radiografia da alta burocracia federal brasileira: o caso do Ministério da Fazenda. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 4, p. 46-82, 1998.

MARENCO, A. Burocracias profissionais ampliam capacidade estatal para implementar políticas? Governos, burocratas e legislação em municípios brasileiros. **Dados**, v. 60, n. 4, p. 1025-1058, 2017.

PALOTTI, P. L. de M.; CAVALCANTE, P. L. C. Estratégias de nomeações ministeriais: entre a política e as políticas públicas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 70, 2019.

PEREIRA, C. *et al*. A nomeação de secretários-executivos e o monitoramento da coalizão no presidencialismo brasileiro. *In*: LOPEZ, F. (Org.). **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Brasília: Ipea, 2015. p. 139-164.

_____. Watchdogs in our midst: how presidents monitor coalitions in Brazil's multiparty presidential regime. **Latin American Politics and Society**, v. 59, n. 3, p. 27-47, 2017.

PRAÇA, S.; FREITAS, A.; HOEPERS, B. A rotatividade dos servidores de confiança no governo federal brasileiro, 2010-2011. **Novos Estudos Cebrap**, v. 94, p. 91-107, 2012.

SANDES-FREITAS, V. E. V. de; MASSONETTO, A. P. (Ultra)presidencialismo de coalizão estadual: uma análise a partir dos casos de São Paulo e do Piauí (1995-2010). **Cadernos Adenauer**, v. XVIII, p. 119-142, 2017.

SCHNEIDER, B. R. **Burocracia pública e política industrial no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1994.

ZUCCO JUNIOR, C. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. *In*: POWER, T.; ZUCCO JUNIOR, C. (Ed.). **O congresso por ele mesmo**: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 37-60.